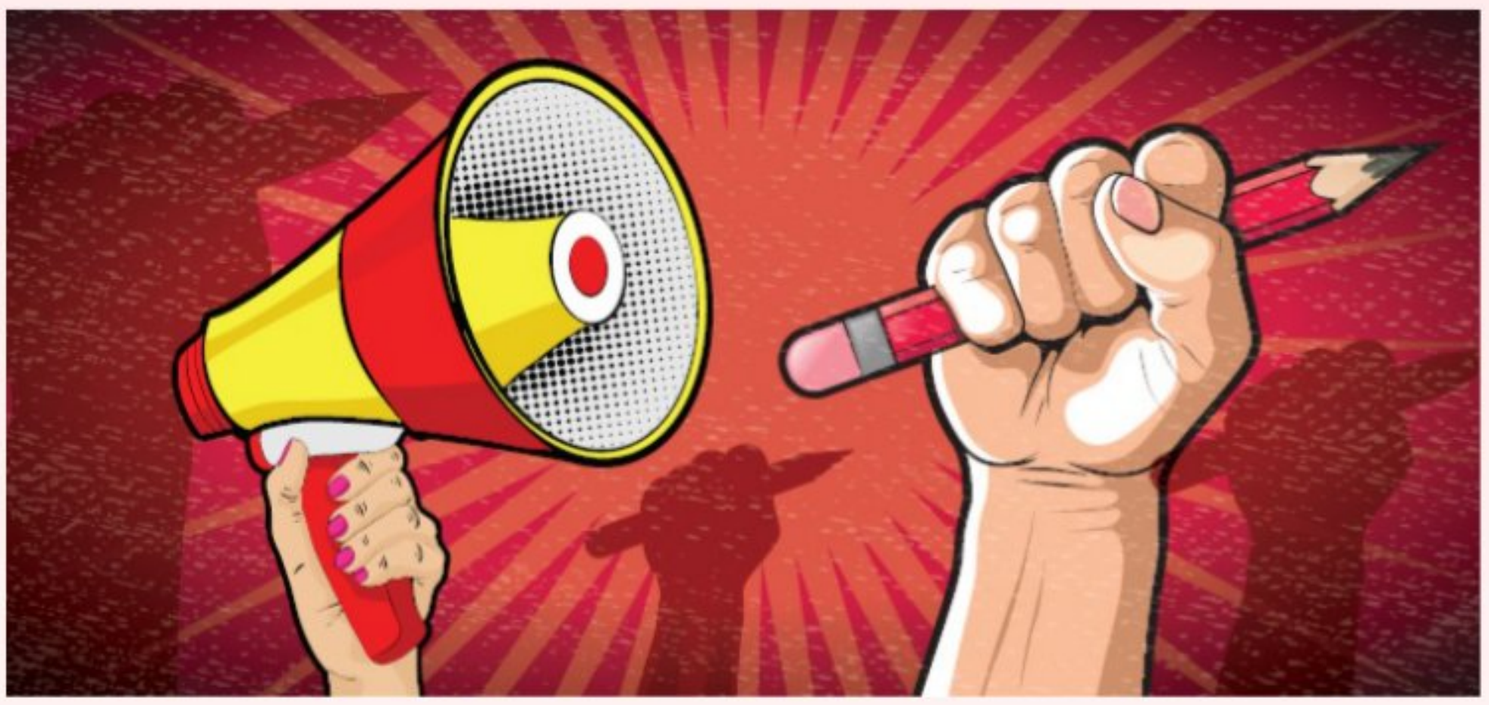
Caleidoscópio

FILIADO À CUT

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí - Fevereiro 2023 - Nº 80

Volta às aulas com luta pela Educação e piso salarial



Em mais de 30 anos de história representando as trabalhadoras e trabalhadores em educação, o SPMG protagonizou as conquistas que organizam a carreira e todo o funcionamento da gestão democrática, lutando por direito e pela Educação Pública de qualidade. Conquistas que foram sendo diluídas pela política neoliberal e privatista dos governos Temer e Bolsonaro, seguidas à risca pelos últimos prefeitos aqui em Gravataí. Por trás do constante ataque e desvalorização profissional que sofremos, está em jogo a terceirização/privatização da Educação Pública Municipal e também do serviço público.

Vemos o governo municipal direcionando significativo volume do orçamento da Educação para as empresas privadas sem critério ou avaliação de resultados; que o mesmo governo impõe medidas que desrespeitam os projetos pedagógicos e que se omite propositalmente nas ações necessárias para a eleição de diretores.

A privatização na Educação acaba com a gestão democrática, desqualifica a oferta do ensino nas escolas públicas municipais e precariza as relações de trabalho.

O SPMG enfrenta com luta esta realidade, chamando a todas e todos para a defesa do serviço público e da Educação Pública, que passa pela gestão democrática e pelos projetos pedagógicos, construídos em conjunto com professoras/es, mães, pais e estudantes, respeitando as características de cada comunidade para ofertar Educação de qualidade.

Vinculação dos especialistas ao piso

O SPMG está mobilizado com as/os especialistas na luta pela equiparação do nível 2 da função ao nível 5 dos professores, para que o reajuste do piso incida de forma automática. A proposta foi defendida junto a Secretaria Municipal de Educação (Smed), mas não avançou com o reivindicado. Há, no entanto, um projeto que cria os níveis 3 e 4 para os especialistas, em análise pela Smed.

MESA DE NEGOCIAÇÃO DA DATA-BASE

O SPMG chama atenção das trabalhadoras e trabalhadores em educação para a data-base, que está em andamento. Após diversos ofícios ao prefeito, aguardamos a instalação da mesa de negociação.

A primeira solicitação ao Executivo foi encaminhada em dezembro, logo após a definição, no Conselho Geral, da pauta de reivindicações. Outros ofícios reforçando a necessidade da mesa de negociação foram protocolados em janeiro e fevereiro.

Digitalizado com CamScanner

AÇÕES JUDICIAIS EM BENEFÍCIO À CATEGORIA

Além da luta e da mobilização em todas as instâncias, o SPMG direciona a assessoria jurídica para construir, com responsabilidade, ações no âmbito do Poder Judiciário, para garantir direitos. Veja algumas das ações promovidas ao longo de 2021/2022.

AÇÕES INDIVIDUAIS

Gravataí, desde 2022, não respeita o direito das professoras e professores, de receber o valor atualizado correspondente ao Piso Salarial Nacional do Magistério. O atual governo municipal é, até os dias de hoje, o primeiro a não cumprir com a obrigação de pagar o PSNM.

A defasagem salarial em relação ao PSNM chega a 30,27%. Em 2022, o reajuste do piso foi de 33,24% e o município concedeu somente 10,06% a título de inflação. Este ano, o reajuste do piso foi de 14,95%, e a reposição aplicada pelo município foi de 5,97%.

O SPMG busca a efetividade deste direito por meio das ações judiciais e pelo encaminhamento da questão junto ao governo federal.

A postura do atual governo municipal se reveste de uma verdadeira desvalorização do ensino público e das trabalhadoras e trabalhadores.

É preciso a união e luta para que o PSNM seja imediatamente atualizado. O argumento difundido pelo prefeito, de que "não há segurança jurídica" é infundado e ofensivo à categoria da educação.

Todos os estados e até municípios do mesmo porte de Gravataí já realizaram a atualização do piso.

Redução da Jornada de Trabalho

A assessoria jurídica do SPMG vem obtendo decisões judiciais autorizando a redução da jornada de trabalho, sem prejuízo da sua remuneração, das trabalhadoras e trabalhadores em educação responsáveis por filhos com enfermidades que exigem tratamento contínuo.

OUTRAS AÇÕES INDIVIDUAIS

- Indenização da hora atividade
- Gratificação do exercício em classe especial;
- Gratificação exercício docência área 1;
- Gratificação do exercício em classe multiseriada.

AÇÕES COLETIVAS

Alíquotas Aposentados

Ação coletiva requerendo a manutenção da imunidade constitucional das trabalhadoras e trabalhadores em educação aposentados, para que não sejam obrigados a contribuir para o IPG por ganharem aposentadoria superior a um salário mínimo.

Estágio Probatório

Ação coletiva requerendo a nulidade da determinação do Município que suspendeu, no período da pandemia, as avaliações do estágio probatório dos trabalhadores em educação.

1/3 de férias

Ação coletiva requerendo o pagamento das diferenças devidas no valor recebido pelas trabalhadoras e trabalhadores em educação a título de 1/3 de férias.

Progressões do Plano de Carreira

Ação coletiva requerendo a condenação do Município a conceder as progressões funcionais das trabalhadoras e trabalhadores em educação previstas no Plano de Carreira do Magistério, cortadas na pandemia.

Conselho de Educação

Ação coletiva requerendo a nulidade da legislação municipal, que passou a autorizar a designação de servidor público detentor de FG na composição do CME, infringindo a Lei Orgânica Municipal.

Expediente

O Caleidoscópio é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí

Avenida José Loureiro da Silva, 1520 / 201
Centro - Gravataí/RS - CEP 94010-001

Presidente: Vitalina Conceição Marques Gonçalves **1ª Vice-presidente:** Silvina Assis Peres da Silva **2ª Vice-presidente:** Carla Cristina de Oliveira Valente **Secretária Geral:** Dalva Jaciane Gomes Aguiar **1º Secretário:** Rafael dos Santos **Tesouraria Geral:** Luciana Trombini Naressi Machado **1ª Tesoureira:** Leia dos Santos Killes **Suplentes Direção Geral:** Irene Nazaret Kirst, Marli Aparecida Thomassim Medeiros, Carla Rosane Duarte Borges, Karine Rocha Rodrigues, Janaina Albani Dias, Silvana Teresinha Silveira e Luciana Patricia da Silva Peres **Conselho Fiscal:** Mirian Teresinha Ferreira Mônego, Lucelaine dos Santos Silva, Katia Regina Nascimento da Silva e Zuleica Lopes Bitello **Delegados Federação:** Giovanna Lenzi da Silva, Pedro Bernardo Alves Cardoso, Mara Regina Carvalho de Andrades, Janaina dos Santos Borges Melo, Flori Virgini Souza Mendes e Maria Nelci Marques Gonçalves.

Edição/diagramação: Silvia Fernandes (Jornalista Mtb11137) **Impressão:** VT Propaganda
1.000 exemplares

Digitalizado com CamScanner